

REVISTA  
BRASILEIRA  
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

Volume 13

Número 1

Fevereiro/Março de 2019



**FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA**

ISSN 1981-1659

## Expediente

**Esta é uma publicação semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**

ISSN 1981-1659

**Rev. bras. segur. pública vol. 13 n.1 São Paulo fevereiro/março 2019**

### Comitê Editorial

Ludmila Ribeiro (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Samira Bueno (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

### Conselho Editorial

Elizabeth R. Leeds (Centro para Estudos Internacionais (MIT) e Washington Office on Latin America (WOLA)/ Estados Unidos)  
Antônio Carlos Carballo (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro/ Brasil)  
Christopher Stone (Nova Iorque/Estados Unidos)  
Fiona Macaulay (University of Bradford – Bradford/ West Yorkshire/ Reino Unido)  
Luiz Henrique Proença Soares (Fundação SEADE – São Paulo/ São Paulo/ Brasil)  
Maria Stela Grossi Porto (Universidade de Brasília – Brasília/ Distrito Federal/ Brasil)  
Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro/ Brasil)  
Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo – São Paulo/ São Paulo/ Brasil)

### Assistentes Editoriais

David Marques  
Isabela Sobral

### Equipe RBSP

Samira Bueno, David Marques, Marina Pinheiro, Isabela Sobral, Dennis Pacheco e Eduardo Truglio

### Capa e produção editorial

Eduardo Truglio

### Endereço

Rua Amália de Noronha, 151, Cj. 405  
Pinheiros, São Paulo - SP - Brasil - 05410-010

### Telefone

(11) 3081-0925

### E-mail

revista@forumseguranca.org.br

### Apoio

Open Society Foundations e Ford Foundation.

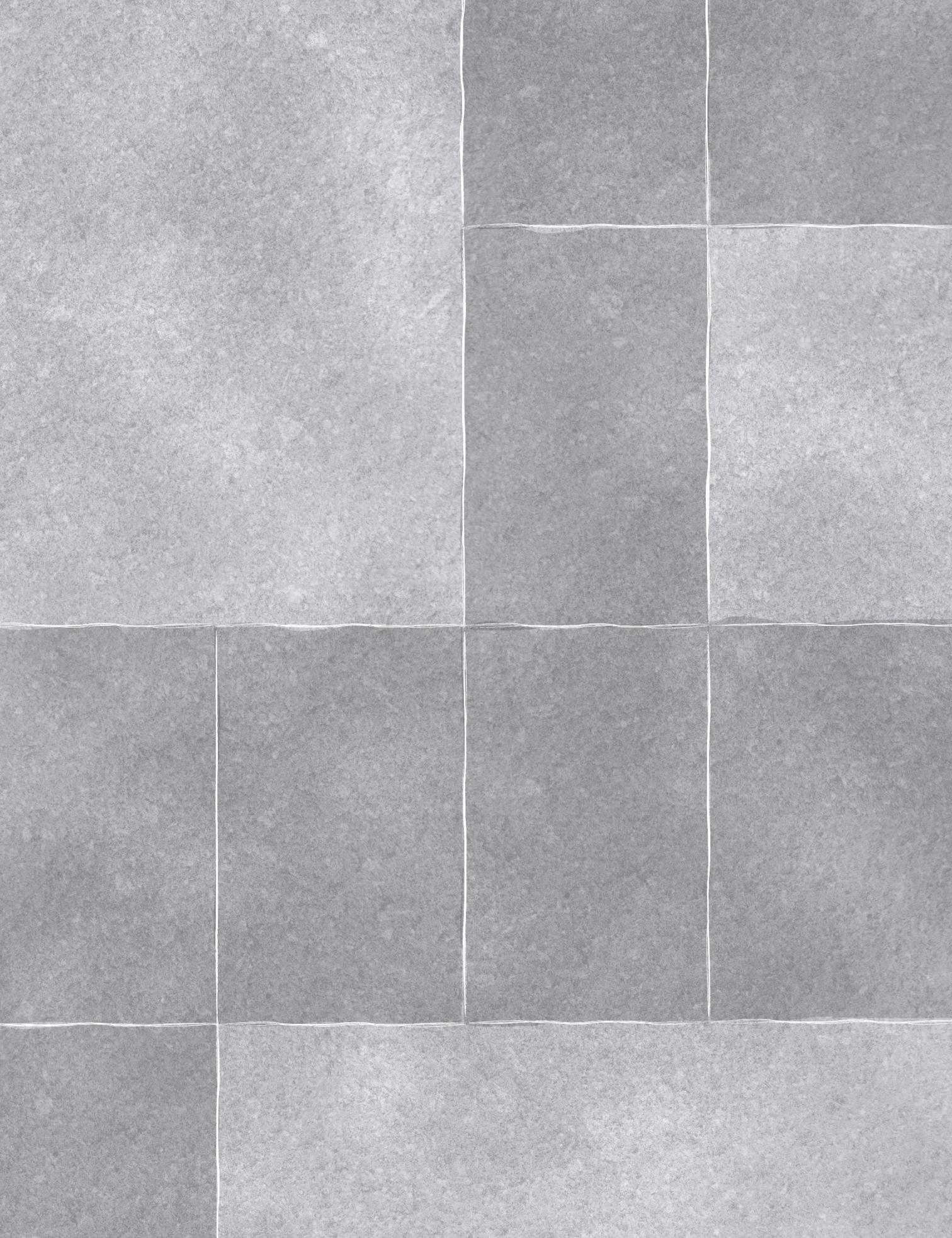
## Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Elizabeth Leeds – Presidente de Honra  
Elisandro Lotin de Souza – Presidente do Conselho de Administração  
Renato Sérgio de Lima – Diretor Presidente  
Samira Bueno – Diretora Executiva

### Conselhos de Administração e Fiscal

Arthur Trindade Maranhão Costa  
Ascânio Rodrigues Correia Junior  
Cássio Thyone A. de Rosa  
Cristiane do Socorro Loureiro Lima  
Daniel Ricardo Cerqueira  
Isabel Figueiredo  
Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol  
Paula Ferreira Poncioni  
Thandara Santos  
Camila Caldeira Nunes Dias  
Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Sérgio Roberto de Abreu



# Entre holofotes e fracassos: a experiência do Programa Ronda do Quarteirão no Ceará

**Letícia de Sousa Araújo**

*Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Sociologia e Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC). Desenvolve linha de pesquisa relacionada à violência, segurança pública e práticas policiais.*

**Data de recebimento:** 13/12/2018

**Data de aprovação:** 08/01/2019

**DOI:** 10.31060/rbsp.2019.v13.n1.1059

## Resumo

*Este artigo aborda o Programa Ronda do Quarteirão, segmento da polícia militar concebido e implementado em 2007 no Ceará e apresentado pelo governo estadual como uma proposta de polícia comunitária, a “Polícia da boa vizinhança”. O marketing político e estético por trás das propagandas enfatizava as possíveis mudanças que a sofisticada infraestrutura de trabalho do programa traria. A partir de 2008, no entanto, alguns episódios envolvendo ações policiais e comportamentos considerados desviantes por parte dos agentes de segurança que atuavam no Programa Ronda do Quarteirão suscitaram discussões sobre a viabilidade desta “nova polícia”. Percebeu-se, assim, que para além de uma proposta diferencial de polícia para o estado, de caráter preventivo e de proximidade, a recorrência a práticas de caráter repressivo por parte de seus agentes continuou a ser o modus operandi da segurança pública em seu conjunto.*

## Palavras -Chave

*Ronda do Quarteirão; Polícia comunitária; Nova polícia.*

## Abstract

### ***Among the spotlights and failures: an experience of the Block Round Program in Ceará***

*This article addresses the Ronda do Quarteirão Program (Ronda), a subdivision of the Military Police. The Program was conceived and implemented in 2007 in state of Ceará and presented by the state government to the population as a form of community police, a "Good Neighbor Police". The political and aesthetic marketing behind the advertisements emphasized possible changes that the program's sophisticated work infrastructure would bring. As of 2008, however, some episodes involving deviant police actions and behaviors as perceived by Ronda security agents have sparked discussions about the viability of this "new police". Therefore, the proposal of a differentiated state police, one characterized by prevention and proximity, came into question with recurrent practices of repressive character on the part of agents who perpetuated the modus operandi of the public safety.*

## Keywords

*Round of the quarter; community policing; new police*

## Considerações iniciais

**E**ste artigo trata de um caso específico de tentativa de implementação de um programa de policiamento comunitário no estado do Ceará intitulado Ronda do Quarteirão, segmento da polícia militar concebido e implementado em 2007 sob forte apelo midiático, estético e político, e apresentado na época pelo governo do estado à população como uma proposta de polícia comunitária, a “Polícia da boa vizinhança”.

As informações que alicerçam este trabalho derivam de uma intensa incursão em campo em uma pesquisa<sup>1</sup> realizada com policiais de um dos 11 Núcleos de Policiamento Comunitário (NPCs)<sup>2</sup> localizados em Fortaleza. Foram visitas periódicas realizadas durante seis meses, além de um levantamento de notícias veiculadas na imprensa local sobre a implementação e atuação do programa.

O Ceará é marcado por uma trajetória de crises da segurança pública, com episódios de violência recorrentes que vêm se perpetuando por várias gestões<sup>3</sup>. Nas últimas décadas, a área de segurança no estado vem experimentando diversas alterações em sua estrutura administrativa e operacional com o intuito de recuperar a credibilidade que há muito os órgãos responsáveis haviam perdido.

Foi nesse contexto de fragilidades no combate à violência e de insegurança nas ações que até então vinham sendo implementadas no Ceará que Cid Ferreira Gomes, candidato a governador nas eleições de 2006, dirigiu os esforços de sua campanha para a área da segurança pública, em um panorama que Barreira (2008) chama “politização dos problemas da área de segurança pública”. Assim, os problemas envolvendo a violência, a insegurança e o medo apareceram como estratégia eleito-

1 *Dissertação intitulada Cotidiano e práticas policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará: entre vigilâncias e informalidades, apresentada em 2013.*

2 *Os NPCs eram subdivisões do então Batalhão de Policiamento Comunitário (BPCOM) e representavam as unidades administrativas responsáveis por gerenciar cada área de atuação do efetivo policial do Programa Ronda do Quarteirão.*

3 *Governos Tasso Jereissati (1987-1990 e 1995-2002), Ciro Gomes (1991-1994), Lúcio Alcântara (2003-2006), Cid Gomes (2007-2011 e 2011-2015) e Camilo Santana (2014-2018).*

ral para angariar votos<sup>4</sup> – e implantou-se, assim, o Programa Ronda do Quarteirão. O recorte temporal deste artigo, portanto, inclui apenas o período correspondente ao mandato de Cid Gomes (2007-2011 e 2011-2015), que traz o objeto específico desta análise.

### **Policamento comunitário e a “polícia da boa vizinhança”: diretrizes e estratégias**

O modelo de policiamento comunitário vindo de outros países ganhou espaço no Brasil operando mudanças importantes nas polícias durante o período de redemocratização da década de 1980 quando, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), “as polícias militares estaduais buscavam a reestruturação de seus processos com base na Constituição Federal de 88” (SENASP, 2010, p. 278). No Brasil, portanto, o policiamento comunitário surgiu como uma espécie de bandeira que simbolizava a adequação das polícias militares a esse novo período democrático, na medida em que as corporações não haviam sido revisadas ou reformuladas na elaboração da nova Constituição (SOARES, 2003, p. 75).

O Programa Ronda do Quarteirão “fundamentou-se estrategicamente a partir da delimitação do problema ‘a criminalidade no Ceará alcançou dimensões

inaceitáveis’ [incluindo] uma proposta de policiamento ostensivo a ser desenvolvido de forma permanente, interativa e essencialmente preventiva” (CEARÁ, 2007, p. 4). A partir dessa concepção, criou-se um batalhão exclusivo para o Ronda do Quarteirão – na época o maior batalhão de segurança pública da América Latina<sup>5</sup> – e apostou-se em um redirecionamento das estratégias de policiamento. Segundo o projeto, por meio dos princípios de uma *polícia comunitária*<sup>6</sup>, a “polícia da boa vizinhança”<sup>7</sup>, procurava-se atuar com base no reforço dos vínculos entre a polícia e a comunidade, o que pautava também o discurso oficial do governo estadual a respeito do programa:

O Ronda do Quarteirão tem esse objetivo de vincular o policiamento à rotina da comunidade. Então, o policial quando ele vem pro Ronda faz um treinamento específico para ele buscar a comunidade onde ela está: nas igrejas, nas escolas, nos hospitais, nas praças, sobretudo, nas residências. [...] Se isso acontece todos ganham e a gente tem condições de fazer o trabalho muito mais preventivo e menos reativo. (Informação verbal)<sup>8</sup>.

A respeito do policiamento comunitário, é importante dizer que existe uma complexa discussão teórica em relação ao uso deste termo, que adquiriu certa popu-

<sup>4</sup> Tal “politização” já se fez presente na primeira experiência de policiamento comunitário no Ceará, no primeiro mandato de Tasso Jereissati, porém sem ter alcançado a forte visibilidade que o programa Ronda adquiriu.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://rondabpcom.blogspot.com.br/2012/03/o-ronda-na-internet.html>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

<sup>6</sup> A discussão teórica dos termos policiamento comunitário e polícia comunitária pode ser encontrada em trabalhos como os de Skolnick e Bayley (2002), Rolim (2006) e Trojanowicz (1999).

<sup>7</sup> Slogan do Programa Ronda do Quarteirão, que reforçava a ideia de uma polícia mais próxima à população e ao bairro em que atuaria.

<sup>8</sup> Entrevista concedida pelo Subcomandante do Ronda do Quarteirão à autora após a Conferência Livre de Segurança Pública ocorrida durante a programação dos 174 anos da Polícia Militar do Ceará, em 16 de maio de 2009.

laridade e tem sido largamente utilizado para designar as mais variadas estratégias de policiamento. Antes de prosseguir, portanto, é necessária uma breve discussão sobre o policiamento comunitário e as definições que o compõem. De acordo com Bayley e Skolnick (2002), vários tipos de programa são associados a este tema. Segundo eles,

Causa grande confusão a grande variedade de programas descritos como “policiamento comunitário”. Ele tem sido associado a programas como os de Vigilância de Bairro e minidelegacias, a comunidades homossexuais, à atenção especializada a problemas relacionados a mulheres e crianças, às visitas espontâneas de policiais às moradias, a campanhas na mídia para melhorar a imagem da polícia, rondas a pé, [...] estabelecimento de “casas seguras” para escolares, estratégias para a redução do medo do crime na população, ronda direcionada [*directed patrol*], discotecas e ligas de atletismo patrocinadas pela polícia, patrulhas montadas, e criação de policiamento auxiliar feito por cidadãos. (BAYLEY; SKOLNICK, 2002, p. 16).

Dessa forma, os autores sustentam que há na realidade uma retórica de policiamento comunitário, pois o conceito muitas vezes não seria utilizado efetivamente, mas por conta do apelo popular que o termo evoca. Segundo eles, para que haja, de fato, um policiamento comunitário, o público deveria exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança desejada.

Rolim (2006) corrobora os autores e afirma que o uso do termo por parte de políticos e chefes de Estado geralmente tem por objetivo alcançar o que ele deno-

mina “efeito auréola”, um efeito positivo, já que, como o termo “comunidade” parece não permitir qualquer conotação negativa, ninguém seria contra um tipo de policiamento “comunitário”.

É importante mencionar que o policiamento comunitário no Brasil tornou-se um consenso, inclusive, entre aqueles que defendiam a desmilitarização e reforma das instituições policiais. Como afirma Duarte (2013, p. 90), essas manifestações “rapidamente cederam lugar, na passagem dos anos de 1980 para a década de 1990, às demandas por eficiência e qualidade proporcionadas pelo modelo gerencial seguido pelo Estado contemporâneo governamentalizado”, e, para ele, “o policiamento comunitário serviu perfeitamente a este propósito”.

Bayley e Skolnick (2002) buscam diferenciar o policiamento comunitário de outros modelos tradicionais, apresentando elementos que caracterizariam esse tipo de policiamento. Seriam eles: a prevenção do crime baseada na comunidade, elencada como objetivo último e peça central desse tipo de policiamento (p. 19); a reorientação das atividades de patrulhamento, dando ênfase a serviços não emergenciais, devendo os policiais comunitários estar liberados do sistema de atendimento de emergências para que possam se dedicar a uma prevenção do crime, mesmo objetivo do policiamento tradicional, mas diferente deste por ser realizado de forma proativa (p. 24); o aumento da responsabilização da polícia, com o fomento da participação do público por meio da criação de canais recíprocos de comunicação (p. 32); e, por fim, a descentralização do comando com o intuito de “ganhar a flexibilidade neces-



sária para dar formas às estratégias policiais em certas áreas” (p. 33), mesmo não detalhando melhor o que seria essa flexibilidade.

O autor americano Trojanowicz (1994) também traz uma importante definição do que seria policiamento comunitário, definição bastante utilizada em manuais de polícias brasileiras, inclusive da Polícia Militar do Ceará. Segundo o autor:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ, 1994, p. 4 apud SENASP, 2010, p. 457).

Diante destas teorias, salienta-se que existe uma diferenciação entre “policiamento comunitário” e “polícia comunitária”. Enquanto a “polícia comunitária” é entendida como uma “filosofia de trabalho”, o “policiamento comunitário” define-se como a “ação de policiar junto à comunidade”, estabelecendo uma separação entre o ideal teórico (polícia comunitária) que seria extensivo à comunidade e complementado por uma ação própria da polícia (policiamento comunitário), idealizada da mesma forma.

O Programa Ronda do Quarteirão buscaria, assim, priorizar aspectos como a

polícia de proximidade, a integração com a comunidade por meio de visitas comunitárias (em residências, escolas, praças, etc.) e a formação de seus agentes policiais voltada, sobretudo, para a garantia dos direitos individuais. Para tanto, elaborou-se uma grade curricular específica à qual foram incorporadas as disciplinas de Policiamento Comunitário, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, sugeridas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Entre os objetivos do programa declarados em seu projeto estão a diminuição dos índices de criminalidade e violência; a satisfação da população em relação ao atendimento oferecido pelos agentes de segurança por meio das ações de policiamento comunitário; participação da comunidade na análise e solução dos problemas de segurança pública; fortalecimento dos laços de confiança entre polícia e comunidade; e a redução na sensação de insegurança nas comunidades assistidas pelo programa.

Logo que foi implantado, o Programa Ronda contemplou cinco áreas da capital Fortaleza e região metropolitana<sup>9</sup> como projeto piloto. As áreas foram escolhidas por suas características específicas, sobretudo, critérios ligados a economia, classe social, tipicidade criminal, fluxo de pessoas e existência de estabelecimentos comerciais, entre outros. A segunda fase do Programa, que teve início no segundo semestre de 2009 e foi concluída no final de 2010, contemplou também cidades do interior do estado.

Segundo o projeto, para atingir o ob-

<sup>9</sup> Foram elas: Aldeota / Meireles / Praia de Iracema; Centro; Bom Jardim; Janguarussu; Conjunto Jereissati I, II e III (Maracanau).

jetivo de uma “polícia de aproximação” seria necessário que ela trabalhasse em um espaço geográfico pequeno. Para isso, os policiais atuariam exclusivamente em sua respectiva base territorial (cada uma possuindo de 1,5 km<sup>2</sup> a 3 km<sup>2</sup>), a bordo de modernas viaturas equipadas com a mais alta tecnologia, dispondo de equipamentos como: Terminal Móvel de dados (TMD), computador de bordo com acesso a ficha criminal de acusados e informações sobre placas de veículos; “cabeça de bode”, sistema de radiocomunicação ligado ao Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), que repassa para a viatura as ocorrências solicitadas pelo 190; câmeras de vigilância nas partes dianteira e traseira da viatura; e um celular para atender às demandas de suas respectivas áreas.

Para facilitar essa aproximação foram distribuídos aos moradores de cada área folhetos de identificação contendo a foto dos policiais que lá atuariam, além de ímãs de geladeira com o número do telefone de cada viatura. Para ilustrar a preocupação com os detalhes e a imagem do programa, um policial em conversa informal revelou que no começo havia uma produção especial com os policiais de cada viatura, que recebiam no Departamento de Trânsito do Ceará um treinamento especial sobre como atender as pessoas, além de regras de etiqueta e maquiagem para as fotos que seriam estampadas em tais folhetos.

### **O “Ronda Ostentação”: investimento e apelo estético**

O Projeto Ronda do Quarteirão e essa nova proposta para a segurança pública

contou com um investimento de R\$ 44 milhões do Estado, sendo R\$ 30 milhões destinados somente à compra de viaturas importadas, de modelo Toyota Hilux SW4. A compra dos veículos constitui uma questão à parte, na medida em que desencadeou, juntamente com outros aspectos abordados mais adiante, inúmeras críticas ao programa antes mesmo de ser implantado oficialmente.

A aquisição das novas viaturas Hilux sob a justificativa de modernização da polícia cearense gerou polêmicas, pois o modelo era considerado excessivamente caro pela opinião pública (Figura 1). Todavia, conforme pronunciamento do então governador Cid Gomes, a polícia estaria “na Idade da Pedra Lascada” (SEGURANÇA..., 2007). Também foi motivo de questionamento o novo fardamento exclusivo, desenhado por um estilista famoso<sup>10</sup> (Figura 2) para os policiais do Programa. O uniforme diferenciaria esses policiais dos demais da corporação, e era considerado “menos agressivo”, com uma cor mais clara, para romper com o “peso” da farda cáqui, mais escura, típica de uma instituição militarizada como a polícia. Todas essas mudanças diziam respeito a características materiais, mas com o interesse simbólico de despertar no imaginário da população uma legitimação desta “nova polícia”.

Dentro de todo o contexto de *frisson* que se criou em torno do Programa Ronda do Quarteirão desde a sua implantação, a questão das viaturas e do fardamento faz pensar sobre o significado da estética como forma de construção de uma visibilidade

<sup>10</sup> O famoso estilista Lino Villaventura venceu o concurso realizado para a escolha do novo fardamento e foi premiado com 15 mil reais.

política. Para Jacques Rancière (2005), a política possui um caráter estético que lhe é inerente e que, através da inserção

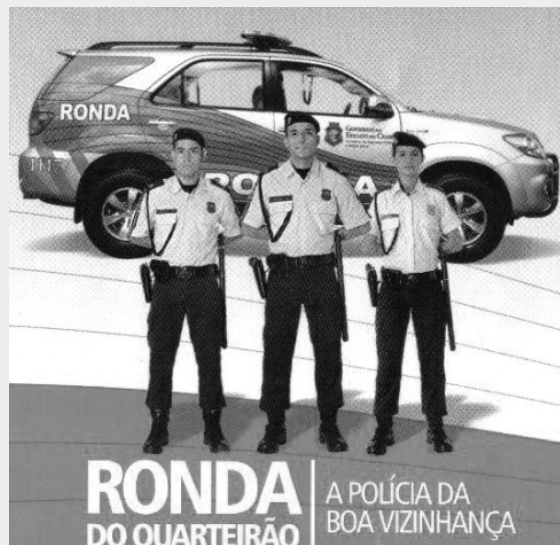
de sujeitos e objetos inéditos, confere visibilidade ao que até então não despertava atenção.

Figura 1 - Modelo da viatura do Ronda do Quarteirão



Fonte: Uol notícias<sup>11</sup>

Figura 2 - Fardamento dos policiais do Ronda do Quarteirão



Fonte: Divulgação do programa pelo Governo do Estado<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/05/08/escandalos-mancham-imagem-da-policia-comunitaria-do-ceara.htm>>. Acesso em: 18 mai.2019.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://proerdcariri.wordpress.com/ronda-do-quarteirao-no-cariri/>>. Acesso em: 18 mai.2019.

Dentro de todo o contexto de frisson que se criou em torno do Programa Ronda do Quarteirão desde a sua implantação, a questão das viaturas e do fardamento faz pensar sobre o significado da estética como forma de construção de uma visibilidade política. Para Jacques Rancière (2005), a política possui um caráter estético que lhe é inerente e que, através da inserção de sujeitos e objetos inéditos, confere visibilidade ao que até então não despertava atenção.

O Programa Ronda do Quarteirão foi lançado, assim, sob um forte apelo midiático, político e estético interessado em proporcionar uma “nova imagem” à polícia militar, de maneira que despertasse o interesse e a expectativa da população. Esta fora previamente informada, através da mídia e antes da implantação oficial do programa, a respeito dessa nova proposta para a segurança pública do estado e sua moderna infraestrutura. Jornalistas corriam atrás das primeiras imagens das novas viaturas: “As cinco primeiras caminhonetas Hilux, que fazem parte do projeto Ronda do Quarteirão, do Governo do Estado, chegaram, ontem à noite, a Fortaleza” (CHEGAM..., 2007). Os jornais anunciavam: “Depois de onze meses de ‘suspense’, o governo vai lançar oficialmente, hoje, o Projeto ‘Ronda do Quarteirão’” (RONDA DO QUARTEIRÃO..., 2007). No dia da solenidade oficial de lançamento do programa, viaturas saíram em desfile pelas ruas com os “novos policiais” já ostentando o novo fardamento. No dia seguinte, moradores “frustrados” relatavam: “Acordei cedo e me sentei na porta de casa só pra ver o ‘Ronda’ passar. Mas ele não passou por aqui” (RONDA FRUSTA..., 2007). Toda essa “ostentação” tra-

zida pelo Programa Ronda do Quarteirão refletiu nos policiais participantes, que, em sua maioria jovens, também chamavam a atenção da população. Esses policiais logo ficaram com a fama de serem “namoradores”, e o grupo foi apelidado dentro e fora da corporação de “Ronda da Paquera”.

### **O racha na corporação: a “polícia do luxo” e a “polícia do lixo”**

A implantação do Programa Ronda do Quarteirão desencadeou conflitos e tensionou as relações de poder dentro da Polícia Militar do Ceará a partir de uma série de divergências entre os “policiais antigos” – considerados mais experientes por estarem há mais tempo na corporação – e os “novos policiais”, os pejorativamente chamados “meninos do Ronda”, por serem em sua maioria jovens e iniciantes na carreira policial militar. O estranhamento diante da novidade era, de certa forma, esperado, assim como as resistências. Quando se trata das forças policiais brasileiras, porém, as resistências às inovações adquirem proporções maiores por conta de “uma mentalidade solidificada que tem dificuldades em aceitar que as estruturas das forças policiais precisam passar por renovações e críticas” (SOUSA, 2008, p. 87).

Para os policiais da “velha polícia”, denominada também “polícia tradicional” ou Policiamento Ostensivo Geral (POG), o Programa Ronda do Quarteirão tornou-se o “queridinho do governo”, a preferência do governador manifestada, segundo eles, desde o período da campanha eleitoral de 2006, na qual a proposta do programa foi o grande carro-chefe. A questão envolvendo a rivalidade entre esses policiais dizia respeito, sobretudo, às condições de trabalho. Enquanto o Ronda do Quarteirão, a

“polícia do luxo”<sup>13</sup>, ostentava um aparato sofisticado para o desenvolvimento de suas atividades, a outra parcela, a “polícia do lixo”, continuava seus serviços em condições precárias. Transcorreu um tempo até que todos os policiais militares do Ceará passassem a usar fardamento novo e que as polícias civil e militar passassem a usar apenas viaturas do modelo Hilux SW4:

Ao invés de se equipar toda a polícia, dando fardamento novo, viaturas novas, se segregou, se convocou o concurso e se contratou novos policiais. Então se fez uma polícia dentro de outra polícia. Hoje em dia o policial do Ronda ele não diz que é da polícia militar, diz que é do Ronda. Você assiste um programa policial o cara diz: “As viaturas da polícia militar e do Ronda já chegaram ao local”. Ora, tudo é polícia militar! Mas o governador fez questão da propaganda, do marketing e de dizer que eram duas coisas distintas: a PM e o Ronda. (Policial militar em conversa registrada em diário de campo, 19 maio 2009).

Outra discussão em torno dessa rivalidade diz respeito à entrada gradual desses “policiais antigos” no Ronda do Quarteirão. Alguns foram transferidos para o programa sem direito de escolha e, por vezes, foram apontados dentro da corporação como aqueles que iriam “contaminar” os policiais mais novos do Ronda com seus “vícios e mazelas” adquiridos durante os anos de trabalho, conforme narrativa de alguns policiais. Além disso, o pagamento de uma gratificação especial aos policiais

do Ronda do Quarteirão, conhecida na época como “gratificação do Ronda”<sup>14</sup>, foi decisiva para acirrar ainda mais os ânimos e aumentar as insatisfações dos demais policiais.

Apesar de todas as críticas feitas ao Ronda do Quarteirão, dividindo opiniões dentro e fora da instituição policial, o reconhecimento da população ao programa foi visível. Em uma pesquisa realizada pelo Jornal O Povo/Datafolha em 2008 – dez meses após sua implantação – o Ronda do Quarteirão obteve um alto índice de aprovação (72%) entre os moradores de Fortaleza (RONDA É APROVADO..., 2008). De fato, percebeu-se o aumento da percepção de credibilidade da polícia e da “sensação de segurança” gerada pela presença constante de policiais e viaturas nas ruas, além do aumento das chamadas de registro de ocorrências e do número de prisões em flagrante<sup>15</sup>. Nesse sentido seus efeitos iniciais foram positivos, tendo em vista que a aceitação da população é algo imprescindível para a legitimidade de uma proposta de governo.

### O Ronda do Quarteirão e sua credibilidade em xeque

Apesar dessa percepção inicial de credibilidade uma primeira discussão envolvendo o Ronda do Quarteirão iniciou-se logo após a sua implantação no que diz respeito à capacitação do efetivo policial que atuaria no programa. Os novos policiais recrutados passaram por um treinamento de

<sup>13</sup> Os termos “polícia do luxo” e “polícia do lixo” foram mencionados em conversas informais com alguns policiais.

<sup>14</sup> O decreto nº 29.162, de 16 de janeiro de 2008, criou a gratificação de trabalho técnico relevante para os policiais do Programa Ronda do Quarteirão.

<sup>15</sup> Neste trabalho, a ideia de “sensação de segurança” não designa qualquer aspecto relacionado à avaliação da eficiência do Programa Ronda do Quarteirão.

três meses, o que a imprensa chamou de “treinamento relâmpago”<sup>16</sup>. Na época, essa era a menor carga horária de formação de policiais entre os estados do Nordeste, o que despertou a crítica não apenas da mídia, mas também de setores da população em geral e da comunidade acadêmica formada por estudiosos e pesquisadores da área da segurança pública e violência (ESPECIALISTAS..., 2007). Essa polêmica em torno da formação e do despreparo dos policiais do Ronda do Quarteirão voltou à tona em 2010, quando um jovem de 14 anos foi confundido com um assaltante e atingido por disparos fatais enquanto trafegava em uma motocicleta conduzida por seu pai, caso que gerou intensa comoção social e repercussão midiática (GAROTO..., 2010).

Antes desse caso, ainda em 2008, a imprensa cearense já noticiava casos polêmicos envolvendo policiais que atuavam no programa, o que começou a macular a imagem da maior aposta do governo do Ceará para a área da segurança pública. Ganham repercussão na mídia os inúmeros acidentes de trânsito provocados pelo despreparo dos policiais na condução das modernas viaturas<sup>17</sup> (Figura 3). Além do prejuízo com a imobilização de 20% da frota para conserto, tamanha foi a reprovação ao “desperdício de dinheiro público” materializado nestes acidentes que as perseguições policiais foram proibidas durante um tempo pelo comando do Ronda,

sendo determinada também a velocidade máxima de 50 km/h para as viaturas (Figura 4): “A determinação é essa. A doutrina de hoje proíbe perseguições malucas, hollywoodianas. Hoje é fazer o cerco inteligente. Não queremos que o policial saia feito maluco nas ruas. O bandido pode, mas o policial não” (ACIDENTES..., 2009).

Outra notícia que ganhou destaque na imprensa foi a expulsão de seis soldados do Ronda do Quarteirão acusados de realizarem “pega” em três viaturas do programa em plena luz do dia, ao final do expediente de trabalho, em um bairro de Fortaleza no início de 2011 (PMS EXPULSOS..., 2012). Durante as investigações, a indisciplina foi constatada pelo próprio sistema de monitoramento das viaturas que, entre suas inúmeras formas de vigilância, registrava informações sobre a velocidade da viatura.

Também soou embaraçosa a veiculação de imagens e o áudio de um policial em contato erótico com uma jovem no interior de uma viatura na Região Metropolitana de Fortaleza, além dos inúmeros casos de policiais flagrados dormindo em viaturas durante o serviço. Tais episódios divulgados pela imprensa cearense começaram a suscitar discussões sobre a viabilidade desta “nova polícia” e a formação do seu efetivo. Desde que o programa havia sido lançado, em novembro de 2007, até

<sup>16</sup> Posteriormente, o curso de formação de soldados do Ronda do Quarteirão passou a ter duração de seis meses.

<sup>17</sup> Durante a pesquisa, muitos policiais criticaram o Curso de Condutor de Veículo de Emergência, segundo eles, muito teórico e pouco prático. Além disso, no NPC era comum os fiscais orientarem os PMs em relação ao cuidado na condução das viaturas, já que qualquer problema com uma delas representaria uma área sem efetivo. A burocracia para o conserto dos veículos representava outro problema, por conta da demora na apuração das causas e na realização de perícias.

2009 já havia 210 sindicâncias abertas pela Corregedoria dos Órgãos de Segurança<sup>18</sup> contra policiais que atuavam no Ronda do Quarteirão. Dessa forma, embora inicial-

mente bem avaliado pela população, o programa de polícia comunitária começou a ter sua aprovação e credibilidade colocadas em xeque.

Figura 3 - Charge ironizando os acidentes com viaturas do Programa Ronda do Quarteirão.



Fonte: Jangadeiro Online. 19 out.2009

Figura 4 - Sátira à limitação da velocidade das viaturas pelo comando do Programa Ronda do Quarteirão.



Fonte: Clayton para Jornal O Povo. 30 dez. 2010

<sup>18</sup> Atualmente Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública.

## O Ronda do Quarteirão entre o discurso e a prática

Apesar de ter usufruído elevados índices de aceitação em seu início, no contexto de resistências enfrentadas nesse processo de reestruturação da política de segurança pública, o Programa Ronda do Quarteirão acabou, por vezes, sendo percebido como uma proposta “leve” no combate à violência por conta exatamente da reformulação de suas práticas. Estas iriam de encontro a uma “cultura” ainda fortemente arraigada dentro e fora da polícia de que a essência da atividade policial é a repressão, uma das dificuldades para a execução do programa dentro das diretrizes propostas. Esta opinião era compartilhada entre os vários setores da população, que começaram a questionar essa nova postura. Diziam, por exemplo, que o Ronda do Quarteirão fazia “corpo mole” diante das ocorrências. Os policiais do programa começaram a se incomodar com o não reconhecimento de sua autoridade policial e com a não legitimação do Ronda do Quarteirão como polícia militar. Por conta da proposta de uma polícia menos reativa, o Ronda passou a ser considerado a polícia “sem moral”, a polícia que “não resolve”. Em entrevista, um policial militar falou sobre o assunto:

Eu já cheguei em ocorrência das pessoas dizerem: “Ah, eu chamei foi a polícia, não foi o Ronda não”. Como se a gente não resolvesse nada. Já cheguei em ocorrência, perguntei ao cara o que tava acontecendo. Aí chega o cara, o cidadão lá de dentro: “Ah, é o Ronda? Pensei que fosse a polícia que resolve”. Entendeu? Aí eu olhei assim e disse: “O senhor quer a polícia que resolve, é? Então faz o seguinte, ligue pro CIOPS, 190, e diga: ‘Quero a polícia que resolve, eu não quero o Ronda não’. Eu vou botar no meu TMD exatamente isso

que o senhor falou, me dá o seu nome”. Peguei o nome dele e fui embora. Ele não me queria lá. Botei o nome dele, ele disse que não queria o Ronda, queria a polícia que resolve, pronto. (Policial 1 - Entrevista concedida em 30/04/2012).

Sobre este assunto, alguns policiais relataram o que consideravam as maiores dificuldades enfrentadas no dia a dia de trabalho da “nova polícia”, na tentativa de consolidação dessa nova política de segurança pública. Certa vez, em conversa descontraída com alguns soldados, um fiscal de policiamento e um funcionário terceirizado na sala do comando do NPC, um jovem soldado passou a maior parte da conversa calado, com semblante de raiva. Em um determinado momento, um dos policiais dirigiu-se a esse soldado, brincando: “Que cara é essa, brother? Você é do Ronda!”. Nesse momento, o soldado mais inconformado do que propriamente irritado desabafou: “Porra de Ronda! Eu vou é abrir daqui, tô aguentando mais isso aqui não. Vou pra polícia de verdade, não é essa sem moral não!”. Nesse momento, todos que estavam na sala ficaram calados diante do inesperado desabafo, e ele continuou: “Hoje a gente fala mais alto a pessoa diz logo: ‘Ei, você não pode falar assim não, você é comunitário’. Porra de comunitário! Bom era antigamente, que a polícia passava e povo entrava era dentro de casa”.

Em alguns momentos, os policiais, embora insatisfeitos, chegavam a debochar dessa situação de não reconhecimento ou legitimação do Ronda do Quarteirão como polícia militar. Um soldado formado na primeira turma do programa afirmou que “o Ronda era bom antes”:

Ah, era bom demais. A gente com viatura nova,



o povo saía era na rua pra ver a gente passando. Hoje nós somos os “come pão”, porque o povo diz que a gente vive nas padarias. Tem até música: Homem de azul/Qual é sua missão?/Entrar na padaria pra poder pegar o pão!<sup>19</sup> (Policial 2 – Entrevista concedida em 08/11/12).

Segundo alguns policiais, essas mudanças na percepção de seu trabalho e as resistências ao reconhecimento do Ronda do Quarteirão como polícia ocorreram também entre aqueles que consideram “meliantes”:

A farda azul, que é conhecida como a polícia comunitária, não tem moral diante dos meliantes não. Ela é desmoralizada. Eles não respondem à voz de comando não, são teimosos. [...] Aí tem que falar mais alto mesmo, você é autoridade, né? Se falar baixo ninguém respeita você não. Aí tem que apelar pro uso proporcional da força que em dias de tanto estresse, tanta arrogância, muitas vezes não é proporcional. [...] Não sei se é legítimo, mas é necessário porque também pra população se não bater a gente é ineficiente. [...] Aquela fardinha azul não vale nada, eu já falei, ninguém respeita não. (Policial 1 - Entrevista concedida em 30/04/2012).

Percebe-se que em todas as situações narradas o que mais incomoda os policiais é o não reconhecimento de sua autoridade policial. No contexto do trabalho de policiamento ostensivo, em uma abordagem, qualquer conduta ou comportamento que os policiais interpretem como desconsideração ou desrespeito, configurando-se o

que Oliveira (2002) chama de *insulto moral*<sup>20</sup>, pode terminar em abusos. Isso porque os policiais, muitas vezes, recorrem à violência e à truculência como forma de demonstrar poder e autoridade para “legitimar” essa “nova polícia”. Tudo isso revela também que para que um projeto como o Ronda se efetivasse seria importante um período de amadurecimento, aceitação e adaptação dentro e fora da polícia. Isso constitui um desafio, sobretudo porque, como apontam Bretas (1997) e Rolim (2006), a consolidação dos sistemas policiais modernos tendeu, durante muito tempo, a afastar as instituições policiais da comunidade. Dessa forma, apesar de a polícia constituir um órgão voltado para a defesa, sua dinâmica ainda mantém fronteiras simbólicas em relação à população, instituindo uma hierarquia em relação a ela.

Os rumos do Programa Ronda do Quarteirão começaram a mudar, sobretudo, durante a segunda gestão do governador Cid Gomes (2011-2015), após a saída do delegado aposentado da Polícia Federal, Roberto Monteiro, primeiro Secretário de Segurança civil do estado e que ocupava o cargo desde o primeiro mandato de Cid Gomes. No período em que ocupou o cargo, mostrou-se em algumas ocasiões defensor dos direitos humanos e aberto a parcerias e diálogos com a universidade. Em 2010, foi substituído pelo Coronel PM Francisco José Bezerra Rodrigues, até então chefe da Casa Militar, pessoa de confiança do governador e reconhecido

<sup>19</sup> A paródia faz alusão à cantoria entoada pelos policiais do Bope no filme *Tropa de Elite*: “Homem de preto/Qual é sua missão?/Entrar pela favela e deixar corpos no chão”.

<sup>20</sup> Segundo o autor, o insulto moral caracteriza-se de duas formas: trata-se de uma agressão que não pode ser traduzida materialmente; e implica sempre a negação ou desvalorização da identidade do outro.

dentro da PMCE por sua trajetória operacional de trabalho.

Com o passar do tempo, o Ronda do Quarteirão começou a “perder de vista” os objetivos iniciais de uma polícia menos reativa. Na prática, houve um afastamento, um deslocamento daquilo que era proposto em seu projeto inicial e evidenciou-se que, apesar de se tratar de um novo modelo de policiamento ostensivo e preventivo, a recorrência a práticas arbitrárias por parte de seus agentes de segurança continuou a ser o *modus operandi* da segurança pública em seu conjunto.

Foi possível constatar esse “afastamento” durante as observações no NPC. Apesar de todo o discurso no início da pesquisa em torno de uma “polícia comunitária” – com agentes que conhecem os moradores da área em que atuam e que realizam visitas comunitárias em residências, escolas e praças – observaram-se alguns aspectos contraditórios. A começar exatamente pelas visitas comunitárias, uma das “atividades comunitárias” que constava do projeto original do programa, por meio de rondas itinerantes e preventivas e do contato com a comunidade. Essas visitas praticamente não eram mais realizadas e as instruções aos policiais giravam sempre em torno da apreensão de armas e intensificação das abordagens e do patrulhamento dos pontos mais críticos de cada área.

Do projeto original do Ronda do Quarteirão constava que “A despeito do Programa Ronda sinalizar prioritariamen-

te para a atividade preventiva, existe a necessidade de agir com rigor no combate ao crime e ao uso da violência sempre que houver ruptura da paz social” (CEARÁ, 2007, p. 66). No entanto, na prática, as prioridades se inverteram: de uma polícia prioritariamente preventiva e interativa, passou-se a ter uma polícia que vinha executando essencialmente atividades repressivas – embora ainda com a atuação mais próxima nas comunidades e com a manutenção da sensação de segurança pela presença ostensiva das viaturas em suas áreas de atuação.

A escala de trabalho<sup>21</sup> foi outro elemento que contradisse o discurso de uma “polícia comunitária”. Isso porque os policiais não trabalhavam em um turno fixo e, muitas vezes, sequer na mesma área, dependendo da necessidade de remanejamento de efetivo por conta de licenças, férias e atestados médicos<sup>22</sup>. Essa questão prejudicava, portanto, a proposta de uma polícia que estaria no seio da comunidade. A proximidade e os vínculos acabavam sendo comprometidos. Como afirmou um policial: “Ultimamente não dá tempo você manter uma amizade com a população. Trocando os horários direto, se você trabalhar à noite um dia não vai ser a mesma pessoa que eu vou encontrar no outro dia de manhã”.

Sendo assim, os resultados de um programa como o Ronda do Quarteirão possivelmente só apareceriam a longo prazo com um amadurecimento dos setores internos e externos à polícia. Mas como

21 Durante o período de pesquisa, a escala de trabalho dos policiais do Ronda do Quarteirão era alterada frequentemente.

22 Algumas vezes policiais se queixavam de terem que trabalhar em outras áreas, pois não as conheciam bem, e, portanto, não mantinham vínculos com seus moradores, ao contrário dos bairros onde sempre haviam trabalhado até então.

foi possível observar através da figuração social (ELIAS, 2002) específica existente no contexto de atuação do Programa Ronda do Quarteirão – com menção às suas características peculiares, e marcada por conflitos, questões de legitimação, reconhecimento, pressão social e demanda por soluções práticas de enfrentamento à violência –, o programa acabou tornando-se vulnerável.

O Programa Ronda do Quarteirão caracterizou-se inicialmente pelo equilíbrio de poder (legitimado pela sensação de segurança), que acabou se enfraquecendo e sofrendo um desarranjo no fim do segundo mandato de Cid Gomes (2011-2015). Isso ocorreu devido a condições de cunho social (como o aumento da violência e a demanda por uma atuação mais dura do aparato policial), político (os gestores, motivados por objetivos de ordem político-eleitoral, procuraram atender à cobrança por enfrentamento à criminalidade, apostando em estratégias com perspectivas de êxito a curto prazo) e institucional (descontentamentos e divergências dentro da própria instituição policial). Desse modo, a figuração social existente na área da segurança pública do Estado, representada pelo modelo de policiamento operacionalizado pelo Ronda, perdeu-se e o efetivo policial foi transferido ou incorporado a outras unidades da polícia militar. O programa deu lugar ao fortalecimento do Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (BPRaio), grande aposta de enfrentamento à violência do governo Camilo Santana (2014-2018).

### Conclusão

Este trabalho buscou refletir sobre o lugar ocupado pelo Programa Ronda do

Quarteirão no panorama da segurança pública do estado do Ceará. Como foi enfatizado, o programa foi apresentado à população pelo governo estadual nos mandatos de Cid Gomes e obteve grande visibilidade como a “polícia da boa vizinhança”, baseada no reforço dos vínculos entre polícia e comunidade, na perspectiva de aproximação de um policiamento comunitário. A despeito dos objetivos de seu projeto original, no qual a atividade preventiva seria a principal norteadora, houve na prática um distanciamento e uma inversão de prioridades: de uma polícia preventiva e interativa, o Ronda passou a atuar de forma ostensiva e, sobretudo, repressiva.

Se no início do programa havia policiais do Ronda do Quarteirão satisfeitos com o status, os privilégios e o conforto proporcionados pelos novos fardamentos e viaturas, com o tempo grande parte deles encontrava-se insatisfeita, trabalhando em uma escala de trabalho instável, que dificultava o reforço de vínculos com a comunidade, e com dificuldades de legitimação diante de uma população que demandava maior repressão ao crime.

A partir de transformações de natureza social, política e institucional no contexto da segurança pública no Ceará, o Ronda do Quarteirão acabou enfraquecido. É imprescindível destacar que para além de um investimento em infraestrutura de trabalho e aumento de efetivo policial, como foi no caso do Ronda, a implementação de programas que minimamente busquem a aproximação com um modelo de policiamento comunitário requer condições institucionais, políticas e sociais muito consistentes. Isso inclui necessariamente uma discussão mais ampla sobre transforma-

ções profundas no conjunto das estruturas policiais. É possível uma polícia comunitária dentro de uma estrutura militarizada? É possível implementar um modelo de policiamento comunitário em apenas uma parte de seu efetivo? Foi oferecida aos policiais uma formação pedagógica suficientemente reformulada nos moldes que uma proposta de policiamento comunitário exige? Estas são apenas algumas das questões que podem ser pensadas a partir da experiência do Ronda do Quarteirão no Ceará.

As transformações e pressões que sur-

giram em torno da atuação do Ronda do Quarteirão produziram a ruptura em um contexto no qual o programa era o protagonista, e, a partir daí, abriu espaço para as oportunidades de poder e ascensão que passaram a ser ocupadas no atual panorama da segurança pública pelo BPRaio, batalhão especializado em repressão ao crime e apresentado pelo governador Camilo Santana como uma das principais propostas de enfrentamento da violência. Mudam-se os governos e os programas, permanece a recorrência a práticas de caráter repressivo e o *modus operandi* da segurança pública em seu conjunto.

### Referências Bibliográficas

ACIDENTES destroem viaturas. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 19 out. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=681608>>. Acesso em: 1 maio 2012.

ARAÚJO, Letícia de Sousa. **Entre vigilâncias e ilegalismos**: cotidiano e práticas policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado**: cenas de uma violência difusa. Fortaleza: Pontes, 2008.

BAYLEY, David H; SKOLNICK, Jerome H. **Policiamento Comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Edusp, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Projeto Ronda do Quarteirão**. Fortaleza: SSPDS, 2007.

CHEGAM viaturas para o Ronda do Quarteirão. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 8 ago. 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=459389>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

DUARTE, Anderson. **Policiamento Comunitário e Educação**: discursos de produção de uma “Nova polícia”. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ESPECIALISTAS alertam para formação policial. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 8 nov. 2007. Disponível em: <[www.diariodonordeste.com.br](http://www.diariodonordeste.com.br)>. Acesso em: 29 mai. 2009.

GAROTO morto com tiro de PM. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 26 jul. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=821318>>. Acesso em: 20 set. 2010.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Cardoso de. **Direito legal e insul-moral**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PMS EXPULSOS por praticar 'pega'. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 24 fev. 2012. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1107963>>. Acesso em: 1 maio 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental, Editora 34, 2005.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RONDA DO QUARTEIRÃO entra em operação hoje. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 21 nov. 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489129>>. Acesso em: 10 out 2009.

RONDA É APROVADO por 72% dos fortalezenses. **O Povo Online**. 12 set. 2008. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/818827.html>>. Acesso em 21/11/2010.

RONDA FRUSTRA moradores. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 23 nov. 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489741>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

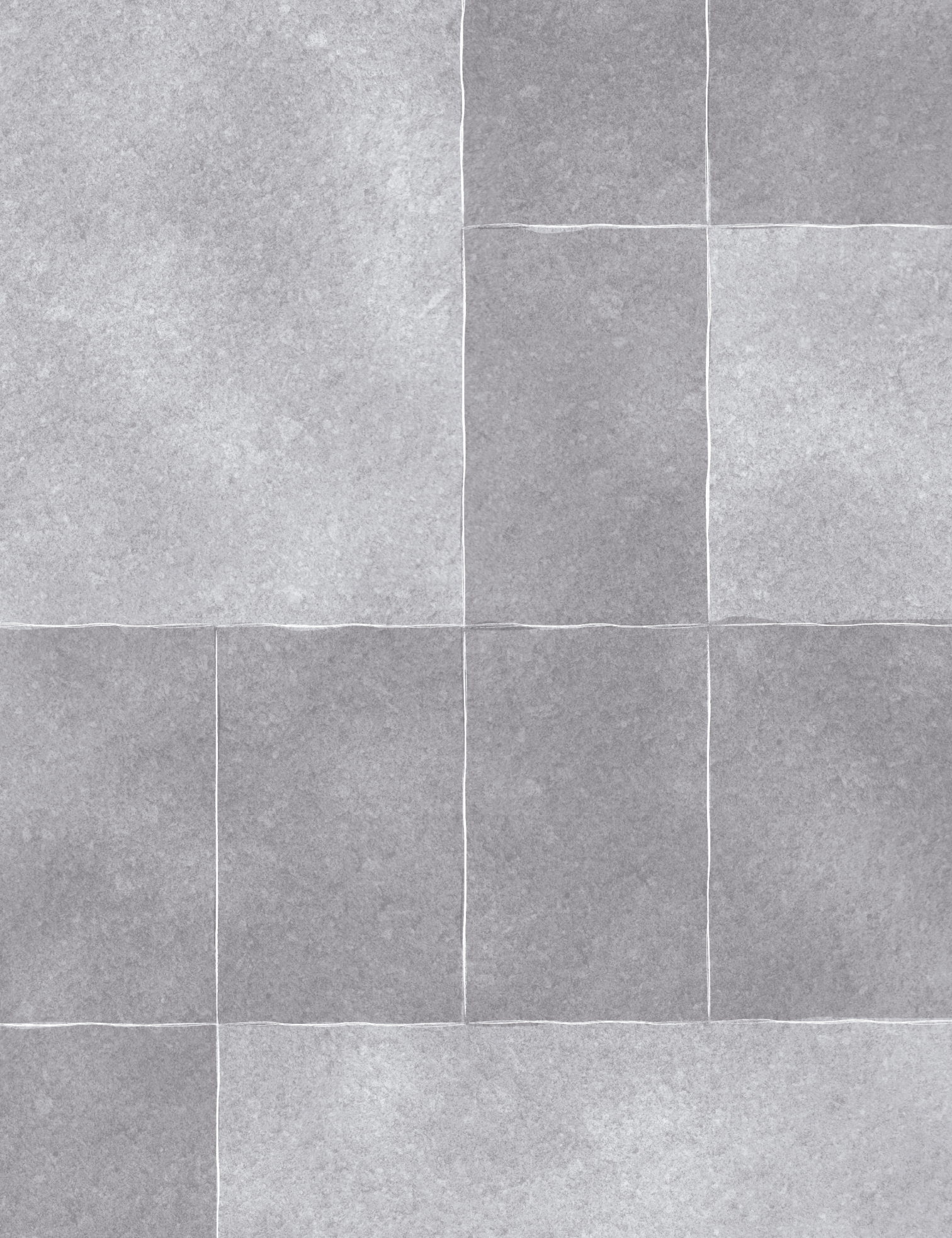
SEGURANÇA recebe 286 milhões. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 22 nov. 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489461>>. Acesso em: 29 mai.2009.

SENASP. **Curso nacional de multiplicador de polícia comunitária**. 4. ed. Brasília, DF: Senasp, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. (2003). Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003.

SOUSA, Emanuel Bruno Lopes de. **Ronda do Quarteirão**: um "acontecimento" na política de segurança pública? Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: POLICIALERJ, 1994. In: SENASP. **Curso nacional de multiplicador de polícia comunitária**. 4 ed. Brasília, DF: Senasp, 2010.





**FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA**